STJ00097272

Osvaldo Ferreira de Carvalho

SEGURANÇA JURÍDICA E A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

3ª Edição
Revista, Atualizada e Ampliada

Curitiba
Juruá Editora
2014

STJ00097272

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4531-7

JURUÁ EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Carvalho, Osvaldo Ferreira de.
C331 Segurança jurídica e a eficácia dos direitos sociais fundamentais./ Osvaldo Ferreira de Carvalho./ 3ª edição./ Curitiba: Juruá, 2014.
344p.

1. Garantia (Direito). 2. Direitos sociais. I. Título.

CDD 340.1 (22.ed.)
CDU 340.1

000041

STJ00097272

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 25

Capítulo 1 – TEORIA CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 33

1.1 O Caráter Normativo dos Direitos Fundamentais 35

1.2 O Processo de Concretização Constitucional para a Eficácia das Normas de Direitos Fundamentais 40

1.2.1 Eficácia e efetividade: distinção necessária 40

1.2.2 Interpretação, hermenêutica e concretização constitucional 46

1.3 Estrutura das Normas Jurídicas: Regras e Princípios 60

1.4 Conceitos de Direitos Fundamentais 68

1.5 Dimensões ou "Gerações" de Direitos Fundamentais 75

1.6 Acerca da Multifuncionalidade dos Direitos Fundamentais 80

1.7 Categorias dos Direitos Fundamentais sob o Ângulo Funcional 85

1.7.1 Direitos fundamentais como direitos de defesa 86

1.7.2 Direitos fundamentais como direitos a prestações 88

1.7.2.1 Direitos a prestações em sentido amplo 92

1.7.2.2 Direitos a prestações em sentido estrito 96

1.8 A Natureza Subjetiva e Objetiva dos Direitos Fundamentais 99

1.9 Direitos Fundamentais como Trunfos Contra a Maioria 108

1.9.1 A posição dos direitos fundamentais como trunfos no Estado Democrático de Direito 113

Capítulo 2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 119

2.1 Formação e Evolução Histórica dos Direitos Fundamentais 120

2.1.1 A Positivação dos Direitos Sociais Fundamentais 125

2.1.2 Os Direitos Sociais Fundamentais nas Constituições Brasileiras de 1934 a 1988 127

2.2 Internacionalização dos Direitos Fundamentais 131

2.3 A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 136

2.4 A Incorporação e a Hierarquia dos Direitos Fundamentais Sediados em Tratados Internacionais 138

Capítulo 3 – A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS 167

3.1 O Surgimento e Evolução do Estado Social e Democrático de Direito 168

STJ00097272

3.2 A Consagração Constitucional dos Direitos Sociais e o Princípio da Socialidade... 175
3.3 Concepções do Estado de Bem-estar (*Welfare State*) ... 179
3.4 Direitos Sociais: Sentido, Alcance e Universalidade ... 189
3.5 Necessidade de Afirmação da Fundamentalidade dos Direitos Sociais ... 204
3.6 Normas Programáticas e Normas Definidoras de Direitos Sociais Fundamentais... 212
3.7 A Eficácia dos Direitos Sociais Fundamentais ... 220
3.7.1 A realização dos direitos sociais fundamentais e a reserva do possível ... 232
3.8 A Natureza Cláusula Pétrea dos Direitos Sociais Fundamentais ... 235
3.9 O Princípio da Aplicabilidade Imediata e da Plena Eficácia das Normas Definidoras de Direitos Sociais Fundamentais – Alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição Federal de 1988 ... 239

Capítulo 4 – SEGURANÇA JURÍDICA E O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL NA ORDEM JURÍDICO-CONSTITUCIONAL BRASILEIRA ... 251
4.1 Segurança Jurídica no Estado de Direito ... 252
4.2 Da Segurança Jurídica à Proteção da Confiança ... 256
4.3 Proteção da Confiança como Feição Subjetiva da Segurança Jurídica ... 263
4.4 Fundamentação Jurídico-Constitucional de Uma Proibição de Retrocesso Social no Brasil Quanto aos Direitos Sociais ... 266
4.5 O Conteúdo Material do Princípio da Proibição de Retrocesso Social na Constituição Federal de 1988 ... 268
4.6 O Reconhecimento do Princípio da Proibição de Retrocesso Social na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira ... 276

Capítulo 5 – O ESTADO DE NECESSIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO E O IMPACTO SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ... 281
5.1 A Ideia de Estado de Exceção ... 282
5.2 A Conexão Entre Ditadura e Exceção Constitucional ... 284
5.2.1 A ditadura romana ... 285
5.2.2 O sentido da ditadura comissária de Carl Schmitt ... 286
5.3 Os Sistemas de Controle de Crises ... 289
5.3.1 A lei marcial e o estado de sítio ... 289
5.3.2 O estado de exceção econômico-financeiro na primeira metade do século XX ... 292
5.4 Estado de Necessidade (ou Estado de Exceção) Econômico-financeiro: Sentido e as Experiências Brasileira e Portuguesa ... 296
5.5 O Risco da Exceção Permanente ... 304
5.6 O Estado de Sítio Econômico na Constituição e o Impacto sobre os Direitos Fundamentais ... 307
5.7 O Desafio da Dignidade: Direitos Socias, Igualdade e Justiça Social ... 315

CONCLUSÃO ... 321

REFERÊNCIAS ... 327

ÍNDICE ALFABÉTICO ... 337